

Recebido: 17/12/2016

Aprovado: 04/09/2017

**O Herói inventado:  
A representação de herói em Getúlio Vargas em impressos  
pernambucanos durante a legitimação do Estado Novo (1937-1945)**

*Gildson Nascimento Pereira Vieira\**

---

**Resumo:** Este trabalho apresenta artigos selecionados dos jornais pernambucanos *Folha da Manhã* e *Jornal do Recife* e analisa o seu discurso político que enaltecia a figura do presidente, durante o contexto histórico do Estado Novo (1937-1945). Pensamos esse tema como ponte para o entendimento de um discurso político com bases religiosas que prometia a salvação nacional pela pessoa do presidente Getúlio Vargas. Essa estrutura salvacionista, presente nos regimes totalitários mundiais do mesmo período, construía uma imagem messiânica do chefe de Estado e resultava no que o historiador Alcir Lenharo chamou de “sacralização da política”. Discutindo alguns conceitos referentes à definição de herói, observaremos que relações podem ser feitas à imagem de Getúlio Vargas, construída pelo poder e reafirmada pela imprensa pernambucana.

**Palavras-chave:** Estado Novo; Getúlio Vargas; herói.

**Abstract:** *This paper presents selected articles from Pernambuco’s newspapers Folha da Manhã and Jornal do Recife, and analyzes their political discourses that praised the president during the historical context of the Estado Novo (1937-1945). Therefore, this theme is a connection to the understanding of a political discourse with religious roots that promised national salvation by the President Getúlio Vargas. This structure, presented in the global totalitarian regimes over the same period, constructed a messianic image of the Head of State and resulted in what the historian Alcir Lenharo named the "Sacralização da Política." Discussing some concepts and regarding the definition of hero will be observed the relations that can be made about the image of Getúlio Vargas, built by the power and reaffirmed by the press from Pernambuco.*

**Keywords:** *New State; Getúlio Vargas; hero.*

---

\* Especialista em História do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: gildson\_pereira@hotmail.com

## Introdução

O discurso estadonovista, tão embasado em teorias de intelectuais, homens cultos e políticos vocacionados, necessitava veicular suas ideias com mais frequência e objetividade, a fim de legitimar os argumentos levantados pelo poder central, assim como de ressaltar a ordem social e o consenso advindo da mesma. A imprensa brasileira tinha papel fundamental no processo de alusão aos líderes no poder, ao Estado e aos grandes e heróicos feitos destes.

De acordo com a historiadora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, “reificada como arauto de um paradigma da verdade”, a Imprensa, foi escolhida, juntamente com a Educação e a Igreja, como um dos instrumentos decodificadores “de uma visão de mundo para a sociedade civil”, manipulando o imaginário social “para atingir as aspirações, os medos e as esperanças da sociedade” (ALMEIDA, 2001: 29).

O discurso dos meios de comunicação que sofria às voltas da censura do Estado Novo, quando não estava ao lado do regime espontaneamente, pretendendo usufruir das benesses do Estado era voltado a “exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso” (CAPELATO, 2003: 118). O que valia era propagandear a visão “estadonovista”, tão influenciada pelos moldes totalitários europeus, de líder vocacionado para o cargo.

Como modelo de estruturação do poder pós-1937, a Imprensa viu na instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sua maior participação no modelo de instrução do governo. Órgão do Estado Novo inteiramente dedicado a exercer papel na divulgação ideológica do poder central e “instigar a colaboração da imprensa com o poder público” (SOUZA NETO, 2013: 37), o DIP tinha a função de direcionar, organizar e orientar a propaganda nacional, assim como de estabelecer censura, aos diversos meios de comunicação presentes na sociedade brasileira, como o rádio, o jornal impresso e o cinema.

Havia assuntos dos quais a imprensa estaria proibida de mencionar em contrapartida dos principais temas a serem trabalhados por esta propaganda. A ideia era trazer ares quase mitológicos do grande chefe da nação e sua importância para o cargo. O Brasil e a construção dessa nova sociedade, patriótica, religiosa, moderna, ordeira e solidária, passava pelo argumento de que havia uma “situação de caos” neste país e que Getúlio, dessa forma, era “a imagem de ‘Salvador’, aquele que havia atendido ao chamado da sociedade para redimi-la da anarquia” (Ibidem: 39).

O discurso totalitário se utiliza bem desses preceitos heróicos em política, para legitimar suas ideias. A união quase atemporal do povo e do Estado pautada sob um discurso sistemático e repetitivo (Cf. ALMEIDA, *op. cit.*) que a propaganda política afirmava diariamente, forma um enlace quase matrimonial, em que um depende da força e coesão do outro, numa simbiose sacra a fim de resistir aos perigos dissolventes do mundo. No totalitarismo,

os valores proclamados: a Propriedade, a Família, o Estado, a Autoridade, a Pátria, a Cultura são apresentados como muralhas contra a barbárie, contra as forças desconhecidas de fora que podem destruir a Sociedade, a Civilização (LEFORT, 1983: 119).

Dessa forma, sacralizar as instituições é maneira mais coerente com esse estilo de poder. Cabia principalmente às instituições ligadas ao poder central no Brasil, durante o Estado Novo, reforçar a necessidade desse discurso de salvação nacional. Temas mais frequentes que a exaltação do chefe de governo, era dos que tratavam dos perigos da nação brasileira; os párias, os inimigos do Brasil.

As “categorias indesejáveis”, como bem delimitam a historiadora Susan Lewis, era tema presente em grande parte da literatura jornalística do período, trazendo dessa maneira, um quadro maniqueísta servindo para “apontar o que se quer eliminar ou excluir, o que não se deseja, criando e fortalecendo doutrinas que afirmam como as práticas devem se constituir” (LEWIS, 2012: 196).

### **“Getúlio Vargas, o domador”<sup>1</sup>: discussões referentes à imagem do herói em Vargas**

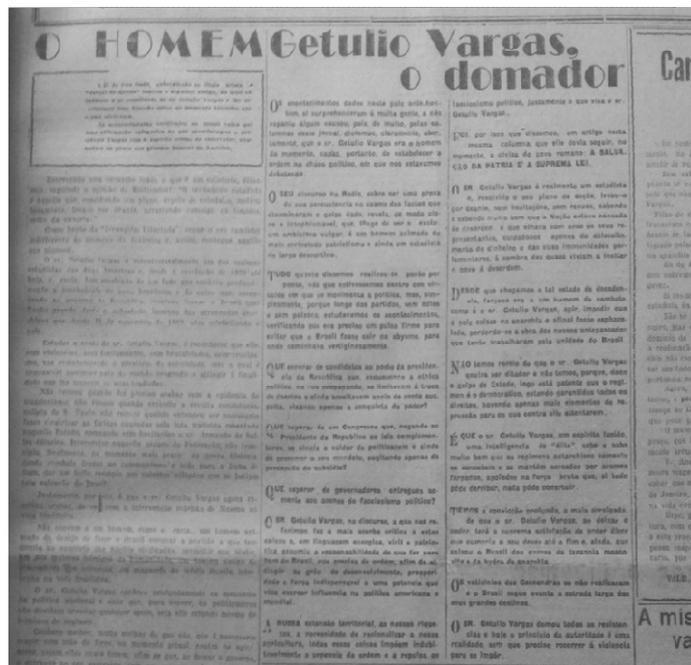
No dia 8 de fevereiro de 1938, o jornal pernambucano *Folha da Manhã*, de propriedade do interventor Agamenon Magalhães, na sua edição matutina, publicara um artigo de um de seus colunistas, Geraldo Rocha, intitulado “Nosso super-homem”, fazendo alusão a Getúlio Vargas como fio condutor de um novo país, ressaltando as figuras totalitárias da Europa – Hitler, Mussolini, Salazar – e as mudanças mais que estruturais realizadas por estes governos internacionais; além de salvaguardar a ideia de que aquele presidente assegurava a “salvação” do Brasil, por meio de seu governo.

<sup>1</sup> *Jornal do Recife*, 12.11.1937, p. 03.

O artigo ainda conclama “a população a ‘confiar cegamente’ os destinos do Brasil ao nosso super-homem, Getúlio Vargas, como faziam aquelas nações” (ALMEIDA, *op. cit.*: 223). Era através do poder ilimitado em Vargas e na confiança do povo em seu trabalho, reafirmado através de um suposto consenso social, que o Brasil expulsaria todas as doutrinas exóticas e caminharia para se tornar uma nação moderna, pronta para o futuro. Era preciso edificar a imagem do chefe nacional, como maneira de “divinizá-lo”, torná-lo “herói” do Brasil.

Por esse fim, eram evocados, quase que diariamente pelos meios de comunicação, um discurso pautado na exaltação do presidente, ao ponto de sugerir sua figura como a de um “sábio”, “onisciente e onipresente” que “se apresentava como um *Mahatma*, uma ‘grande alma’, um homem declaradamente caridoso, simples, acessível ao povo, sensível às suas dores e afirmando fazer o possível para amainá-las” (SOUZA NETO, *op. cit.*: 36). Uma figura politicamente messiânica, criada e reafirmada pelo discurso da imprensa, e que para o povo acabou se tornando muito mais um mito que realidade.

“O HOMEM Getúlio Vargas, o domador”  
(In: *Jornal do Recife*, 12.11.1937)<sup>2</sup>



<sup>2</sup> Fotografia: Gildson Vieira

O *Jornal do Recife* publica, no dia 12 de novembro de 1937, uma moção do até então ministro Agamenon Magalhães aos seus conterrâneos pernambucanos em que trata especificamente dos acontecimentos políticos brasileiros do período. Nas palavras de Magalhães, que saúda o novo Estado brasileiro nascido a 10 de novembro de 1937,

os políticos só viam a superfície eriçada pelas competições partidárias, sem se aperceberem dos factores sociológicos, das causas profundas que estavam operando transformações e exigindo do Brasil uma attitude *heroica*. Os políticos continuaram indiferentes, empenhados na luta mediocre das candidaturas presidenciaes, enquanto o comunismo se infiltrava, dominando os comícios eleitoraes, agitando as ruas, e preparando a hora do assalto definitivo. O meu coração de brasileiro e a minha consciencia de christão estremeceram deante de tanta imprevidencia e tanta inepecia. Fiz então um apelo a todas as minhas energias e entrei a actuar com as classes armadas e todas as forças vigilantes da nacionalidade para a reacção de grande estylo que culminou com o golpe de estado, serena e corajosamente dirigido pelo benemerito presidente Getúlio Vargas<sup>3</sup>

Para Agamenon Magalhães, um dos principais interlocutores do Estado Novo, o Brasil sofria com a “indiferença” e “descuido” dos políticos brasileiros, “mediócrs, preocupados unicamente com suas “candidaturas presidenciaes”, e que acabou permitindo com que o comunismo se infiltrasse “agitando as ruas, e preparando a hora do assalto definitivo”. Por este motivo, fez-se necessário o “golpe de estado, serena e corajosamente dirigido pelo benemérito presidente Getulio Vargas”. Uma “attitude heroica” para o Brasil.

Os argumentos de Magalhães, de que o perigo estava sob a vista de cada cidadão brasileiro e que coube ao presidente Vargas realizar a tão nobre e heróica tarefa de proteger a nação a partir de um golpe de estado, faziam parte do cenário a ser levantado como fim de legitimar o novo governo. Essa linguagem de Getúlio como “herói da nação” não terminava por aí; “o chefe do poder era comparado ora a um sociólogo, porque conhecia profundamente a sociedade, ora a um psicólogo, porque sabia interpretar a alma brasileira, ora a Jesus Cristo, porque se sacrificava pelo povo” (CAPELATO, *op. cit.*: 124).

O Brasil vivia um caos e precisava de um herói para servir à nação, em prol de toda a sociedade. “Getúlio trabalhava a imagem de ‘Salvador’, aquele que havia atendido ao chamado da sociedade para redimi-la da anarquia” (SOUZA NETO, *op. cit.*: 39), e por esse motivo possuía os alicerces “sagrados” de que precisava para legitimar o seu poder no país;

<sup>3</sup> MAGALHÃES, Agamenon. “Moção do Sr. Ministro Agamenon Magalhães aos seus amigos e conterrâneos por intermédio do Radio Club”. *Jornal do Recife*, 12.11.1937, p. 01.

este era o discurso levantado pela política ideológica do Estado Novo. Assim formava-se o nosso “homem-enigma” (ALMEIDA, *op. cit.*: 223).

Baseando-se nesse pensamento, sugere-se, numa perspectiva hegeliana, que a figura de herói em Getúlio Vargas poderia ser explicada através do contexto a que esta se insere; a partir das características vivenciadas, do momento histórico e das ideias convergentes à emergência de um governo forte e centralizado dos processos de governos totalitários e do culto aos chefes de Estado, surgiria à necessidade da representação do herói. Dessa forma, “‘o indivíduo histórico-universal’ (o herói) seria o que compreende as condições maduras e encarnaria na sua liderança aquilo que a época determinasse. O herói, portanto, estaria limitado pelo seu tempo e pela ‘cultura’ de seu tempo” (FEIJÓ, 1984: 35).

Mas afinal de contas, como podemos definir “herói”? Partimos de que premissa teórica, ao analisar o discurso sobre a imagem de Getúlio Vargas durante o Estado Novo? A literatura sobre o(s) conceito(s) de “herói” é demasiado vasta. Nesse texto, salientando que não pretendemos simplificar, muito menos desconstruir a representação de Getúlio como herói do Brasil no Estado Novo, discutiremos alguns dos conceitos mais utilizados por estudiosos do tema “herói”, tentando aplicá-lo, sem reducionismos e num exercício de imaginação histórica, aos fatos e representações de Getúlio durante o período.

O mitólogo Joseph Campbell, conhecido por suas pesquisas relacionadas às mitologias em diversas culturas, é uma das principais referências ao discutir a existência do herói nas mais variadas interpretações culturais espalhadas pelo mundo. Em seu trabalho, Campbell exhibe um modelo básico e cíclico de como surge o herói, qual o seu processo de crescimento individual em sua batalha, sua apoteose e o início do seu retorno ao ponto original; Campbell chama esse processo de “monomito”, ou jornada do herói.

Quando, segundo Agamenon Magalhães, o presidente Getúlio Vargas é “forçadamente” encaminhado a realizar um golpe de estado, em ato de coragem e heroísmo contra o “comunismo”, está fazendo referência ao que Campbell chamou de “o chamado da aventura”, estágio inicial onde o indivíduo é posto a decidir se aceitará ou recusará tal empreitada heróica. É quando Vargas, o “único” dotado de qualidades para o ato, decide que caminho seguir; “isso significa que o destino convocou o herói” e o leva “para longe dos caminhos comuns do homem” (CAMPBELL, 2007: 66).

Mais uma vez, a imagem de herói em Vargas poderia ser explicada, então, a partir de seu contexto; “quando a ação do herói coincide com a ação para a qual a sociedade está pronta” (Ibidem: 76); ele parece seguir o ritmo da história. Contudo, a figuração de Vargas

como Salvador do Brasil, não pode ficar apenas como um modelo de homem comum que, levado pelas circunstâncias, recebera um “chamado” e encaminhava-se para feitos heróicos em nome de seu povo. O presidente era visto como um indivíduo diferente dos demais e que estaria predestinado ao sacrifício pelo povo brasileiro. Esta premissa era o que Flávio Kothe vai chamar de “ideia dominante da narrativa”, pela qual todo sistema se organiza (KOTHE, 1987: 07).

De acordo com o interventor Agamenon Magalhães, já a 21 de maio de 1938, o Estado Novo foi a reconstrução do Brasil e era o que permitia este país estar preparado para enfrentar todas as incertezas de uma suposta “crise universal”, vinda com a indeterminada democracia (Cf. LEFORT, *op. cit.*: 120) Porém, adicionava-se ainda um outro fator relevante para o processo histórico de poder; “o Presidente Getúlio Vargas teve a scintilha de uma predestinação histórica, no golpe de 10 de novembro. Os factos ali estão, atestando a verdade do Estado Novo, a sua razão providencial e oportuna”<sup>4</sup>.

Na visão do interventor, o presidente Vargas era então o homem certo a realizar a tarefa de comandar os destinos do país, porque morava nele uma “scintilha” de “predestinação histórica” que atestaria o caráter “providencial” do Estado Novo. Não é novo o argumento que envolve o discurso de providência divina ao Estado Novo e a figura de Getúlio. Quando a Igreja se alia ao projeto de poder do Estado Novo, ela traz consigo o argumento religioso da Providência como parte de um “programa traçado por Deus para os homens: agir” (ALMEIDA, *op. cit.*: 76) que confluía completamente aos interesses do Estado.

Ao tratar do princípio da obediência, a Igreja lançava o discurso de que aqueles que crêem na Divina Providência precisariam também obedecer às autoridades constituídas, “como sendo um preceito sagrado, ressaltando que o indivíduo que resistisse à aceitação do novo poder que se instaurava estaria resistindo à ordenação de Deus” (Ibidem: 78). O motivo dessa aliança entre o sagrado e o político, da Igreja com o Estado, pautava-se nos interesses políticos que a instituição religiosa visava obter com o novo regime e no discurso de que o Estado necessitava para reafirmar o caráter de Ordem Divina à sua volta.

O que nos chama atenção é o que Claude Lefort conceitua como sacralização pelo discurso (LEFORT, *op. cit.*: 119); quando elementos sagrados são validados ao discurso político do Estado. Dessa forma, o que se percebe é

---

<sup>4</sup> MAGALHÃES, Agamenon. “Autoridade”. *Folha da Manhã*, 21.05.1938, vespertino, p. 3.

o erigir de uma nação como objeto religioso, a quem se venera a quem são dirigidos as preces cotidianas, como um preceito religioso. (...) A nação alça-se a uma posição divina, que tudo vê do alto, por mais insignificante que seja o detalhe, que tudo compreende que tudo assimila. (LENHARO, 1986, pp. 191-192)

Sendo assim, o herói em Vargas estaria passando pela definição de um homem que não só foi divinizado pelas circunstâncias e ações, ou pelas instituições, como também era alguém destinado ao grande feito. Esta última passagem se assemelha bastante ao mito do herói da Grécia Antiga, em que os seus heróis, os filhos dos deuses, “semideuses”, eram destacados não somente por suas tarefas e missões, mas, pelas “características divinas, com poderes especiais, embora fossem mortais” (FEIJÓ, *op. cit.*: 14). Getúlio, então, encontra-se com sua predestinação “mitológica” de salvar o Brasil das investidas de seus vilões e suas ideias dissolventes: comunistas e judeus.

O Estado Moderno viu na concretização de um governo forte e centralizador, a consolidação de uma nação. Não cabia mais a “diluição” de um povo; o momento era de unir toda a nação sob um condutor, um chefe nacional, que governaria baseado em virtudes (Justiça, Sabedoria e Soberania). Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe*, é quem oferece a receita dos governos absolutistas do Estado Moderno. De acordo com Martin Cezar Feijó, Maquiavel acreditava na força de um chefe forte e centralizador para uma nação, pois, dessa forma, “seriam superados o atraso e a distância num povo de mesma língua, consolidando a nação” (Ibidem: 27). A figura do herói, neste ponto, se confundiria com a do chefe nacional.

No Brasil dos anos 1930, Getúlio Vargas era esse *condutor* que consolidava a nação; “o sr. Getúlio Vargas pronunciou um pequeno discurso em que o chefe da Nação indica o rumo mais certo para bem servir os grandes interesses da Pátria: a união de todos os brasileiros”<sup>5</sup>. Fazia parte do discurso propagandístico essa ideia de unanimidade, em busca do consenso social<sup>6</sup>. Associado ao tema de unanimidade, a evocação do pensamento de uma missão a ser cumprida por Vargas, um “Hércules” brasileiro, contribuía para a edificação a sua imagem de herói.

As virtudes de Getúlio eram descritas diariamente pelos periódicos pernambucanos; de “unificador” do território e do povo brasileiro à sua coragem, “destemor, bravura e civismo”<sup>7</sup>.

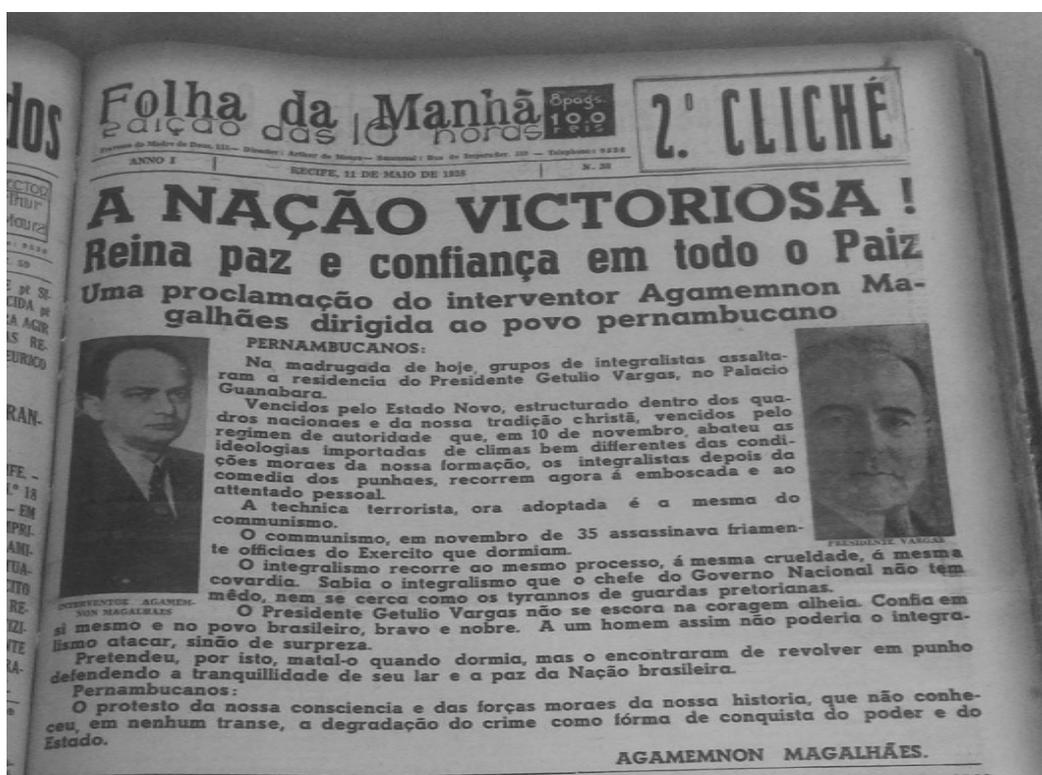
<sup>5</sup> “A união dos brasileiros”. *Folha da Manhã*, matutino, 04.11.1938, p. 03.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo: “Todas as classes ao lado do governo: manifestações de solidariedade ao presidente Getúlio Vargas e ao interventor Agamenon Magalhães”. In: *Folha da Manhã*, matutino, 13.05.1938, p.3.

<sup>7</sup> Ver: “A nação victoriosa!” e “Um Homem à frente dos destinos do Brasil”. In: *Folha da Manhã*, vespertino, 11.05.1938.

Vargas aproximava-se ainda mais à imagem de herói. Um herói épico, aquele que possui a virtude como essência, tão cultuado pelos gregos antigos, “aquele que se mantém fiel a si mesmo” (FEIJÓ, *op. cit.*: 56) e ao que se é. Vargas era concebido como grande chefe “semi-divino”, capaz de conduzir as massas e, assim como os grandes líderes mundiais dos anos 1930, fadado “a queimar até a última fagulha como cometas, iluminando o século em que viviam” (SOUZA NETO, *op. cit.*: 172-173).

MAGALHÃES, Agamenon. “A nação victoriosa”.  
(In: *Fôlha da Manhã*, vespertino, 11.05.1938, p. 01.)<sup>8</sup>



Para aprofundar ainda mais esse conceito de herói e messianismo, a teatralização da política era fator decisivo neste processo; eram realizadas festividades, comemorações e recepções, onde se organizava meticulosamente a apresentação das figuras políticas da maneira mais grandiosa possível; “Grande. Eis a palavra, o acento, a tônica, daí a preocupação detalhista quanto à produção dos cenários, à criação de fantasias voltadas à perpetuação e cultivo de sentimentos na massa reunida” (Idem.). Era preciso apresentar os

<sup>8</sup> Fotografia: Gildson Vieira

“semideuses” aos meros mortais das massas. Vargas teve esse momento apoteótico em Pernambuco.

O dia era 18 de outubro de 1940, quando o presidente Getúlio Vargas chegava a Pernambuco para sua primeira visita ao Estado. Bastante noticiada pela imprensa, que preparou todo o cenário ideológico antes mesmo de sua chegada, com reportagens que iniciavam a preparação do Estado para receber tal líder, “ensinando” até sobre o que as regiões de Pernambuco deveriam ser gratas ao presidente<sup>9</sup>, a visita de Vargas precisava ser vista como sua *apoteose* (CAMPBELL, *op. cit.*: 144-145), quando o herói é saudado pelo seu povo.

Lembrando as cenas do filme nazista *O triunfo da vontade* (1935), Vargas era filmado descendo do avião em que seguira viagem, “a permanência de uma imagem messiânica, da representação do salvador que desce dos céus” (NASCIMENTO, 201: 181-182), era recebido pelo interventor e autoridades pernambucanas e ovacionado pelo povo à sua espera. As famílias pernambucanas aguardavam ansiosas para ver sua passagem pelas ruas lotadas do Recife<sup>10</sup>; um dos fotógrafos que chegaram a Pernambuco para registrar tal grandioso momento, Hart Preston, da revista americana Life, chegou a registrar uma imagem importante por endossar “um aspecto triunfal do desfile, muito característico também na iconografia americana, revelando um clima heróico, grandioso, majestático” (Ibidem: 184).

Fotografia: “A reception being thrown for President Vargas” (Recife/1940).<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> “Ao presidente Getúlio Vargas o sertão pernambucano deve”. In. *Folha da Manhã*, matutino, 12.10.1940, p. 01.

<sup>10</sup> Ver, por exemplo: “Consagração de um homem publico por um povo de tradições cívicas”. *Folha da Manhã*, matutino, p. 01.

<sup>11</sup>Fotógrafo: Hart Preston/Life. Disponível em:

[http://www.imgrum.net/user/pernambuco\\_arcaico/1904906654/1037613973695487531\\_1904906654](http://www.imgrum.net/user/pernambuco_arcaico/1904906654/1037613973695487531_1904906654)



Portanto, era dessa forma que o presidente Vargas era então elencado como herói do povo brasileiro sob vários aspectos: o *histórico*, decidido pelas circunstâncias históricas a entrar na luta contra as ideias “exóticas”, comunismo e judaísmo, principalmente; o *mitológico*, pautado numa predestinação providencial de salvar o Brasil das experiências destoantes do liberalismo e do perigo dos *germens* dissolventes; e, por fim, o *épico*, que compõem boas e corretas ações, baseadas nas virtudes do chefe de Estado, que é benevolente e consolidador da nação.

Contudo, esse não era um argumento pensado somente na individualidade do chefe de Estado e suas características “únicas”, o pensamento político totalitário dos anos 1920-30 ainda se pautava também no que se chamou de *Heroarquia*, um “governo de heróis”, de que somente através dos “homens-capazes” uma nação se levantaria contra a *anarquia*, e que teve na pessoa de Thomas Carlyle seu principal enunciador.

## O herói contra a mudança: Carlyle e a teoria dos “homens-capazes”

Talvez o conceito de “culto ao herói” que mais se aproxime ao proposto pelo instrumento do Estado Novo, tenha sido elaborado ainda na primeira metade do século XIX por um historiador inglês chamado Thomas Carlyle. A bem da verdade, as ideias de Carlyle, conservadoras por principal aspecto, transformaram toda uma geração, pós-Revolução Francesa e pós-Revolução Industrial, em espectadores de uma ideologia que faria nascer alguns anos mais tarde os regimes totalitários do século XX.

Não era seu objetivo chegar aos horrores do nazi-fascismo dos anos 1930, mas seu pensamento serviu de base teórica para estabelecer os chamados “homens-capazes” de governar com poderes ilimitados uma nação. Sua ideia de “‘divinização do chefe político’ e a ‘identificação do poder com o direito’” (FEIJÓ, *op. cit.*: 34) foi exatamente o fundamento para o fascismo mundial. Em torno do mês de maio de 1840, o historiador inglês proferia uma série de conferências a respeito do “culto dos heróis”, tão impregnados na razão humana, nos governos nacionais espalhados pelo globo, mas, sem ter a noção de que o que se exprimiam nestas conferências “traziam consigo um perigo explosivo” (CASSIRER, 1961: 235-236).

Segundo Carlyle, é função de todas as nações encontrarem o seu “homem-capaz”, aquele que é dotado de preparo e virtudes, além de findar com o aparelho democrático, para governá-las ilimitadamente. Vejamos bem o que ele nos diz:

Descobri em vosso país o homem verdadeiramente capaz; elevai-o ao lugar supremo, respeitai-o lealmente; tereis um governo perfeito para o vosso país; nem urnas eleitorais, nem eloquência parlamentar, nem votações, nem assembleias constituintes, nem qualquer outro mecanismo político serão capazes de melhorar o governo num ponto sequer. Tal governo atingiu o estado de perfeição; tal país realizou o ideal (CARLYLE, s/d: 282).

O “homem-capaz” seria a peça chave para a formação de poderosas nações. A sua crítica aos modelos democráticos de governo baseava-se na exemplificação da Revolução Francesa; para o historiador inglês, o movimento francês, ocasionado não pela fome, mas pela “insuportável *falsidade* que invadia tudo” (Ibidem: 301), assim como as revoluções em geral, permitiu com que “homens-incapazes”, “não nobres” subissem ao poder dos “negócios públicos”, demonstrando uma falsa capacidade de *charlatão*, resultando numa “inadministração” “fermentando em imensuráveis massas de falência, de indigência e de miséria” (Ibidem: 283-284).

Para Carlyle, nada era mais preocupante do que a democracia: “esta coloca em risco a crença nos grandes indivíduos e ‘leva ao naufrágio a civilização humana’” (FEIJÓ, *op. cit.*: 34). Desse ponto, Carlyle elabora sua teoria de que haveria, para todos os países, a “inexorável exigência de uma solução para esta dificuldade” (CARLYLE, *op. cit.*: 289) que eram os governos democráticos e as brechas deixadas por estes ao permitir “ignóbeis” no seu comando<sup>12</sup>. Não precisaria de muito para pensar no herói de Carlyle antidemocrático, contrarrevolucionário e agente da “não-mudança”.

Esse raciocínio de Carlyle é bem próximo do que o interventor Agamenon Magalhães concluía sobre os destinos do Brasil, no fim da década de 1930. Se para aquele a democracia é fato consumado de abertura aos “homens-incapazes” e seus interesses vis, para o último a democracia revelava um problema sério ao Brasil, pois, permitia um “conflicto de tendências, que se reflectiam em nosso meio, conturbando os espíritos”<sup>13</sup>. Ainda segundo Magalhães, o sistema democrático daria abertura a “todas as ideologias”, confluindo à “fragmentação e de anarquia dos valores nacionaes”<sup>14</sup>.

Em editorial de 24 de maio de 1938, o *Folha da Manhã* lança seu ataque à democracia ao externar o pensamento sobre a “inutilidade dos parlamentos em face da situação do mundo actual, das suas necessidades e dos processos por que se objectivam essas necessidades”<sup>15</sup>. Ainda segundo o editorial, “uma das mais lamentáveis consequências do parlamentarismo é a permanente divergência de ideias” e que de tantos princípios divergentes “resulta a falta de unidade e consequente enfraquecimento do poder, até a queda do paiz nas lutas extremas”<sup>16</sup>.

Para o *Folha da Manhã*, o Brasil sofria com o período republicano anterior ao Estado Novo, que descentralizou o poder e que somente este fato poderia ter levado à morte as instituições brasileiras. Ao pulsar a veia da autoridade, o jornal afirmava de

que todos os brasileiros, desde os mais poderosos aos mais humildes, compreendam na sua transcendental significação o dever em que está a Nação de cerrar fileiras em torno do presidente Getúlio Vargas, que encarna, neste momento, o principio da autoridade<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> Segundo Ernst Cassirer, a concepção de História de Thomas Carlyle era teorizada “com a história dos grandes homens. Sem eles não haveria história; seria estagnação, e estagnar é morrer. Uma simples sequência de acontecimentos não constitui história. Esta é feita de acções e façanhas, e não existem façanhas sem alguém que as cometa, sem um impulso pessoal forte e imediato”. CASSIRER, Ernst. *op. cit.* p. 238.

<sup>13</sup> MAGALHÃES, Agamenon. “Começo de uma epoca”. In: *Folha da Manhã*, matutino, 20.05.1938, p. 1.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> “De que nos libertou o presidente Getúlio Vargas...”. In: *Folha da Manhã*, matutino, 24.05.1938, p. 03.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> “O principio fundamental de autoridade”. In: *Folha da Manhã*, matutino, 19.05.1938, p. 03.

Se o Brasil estava precisando de um homem forte e convicto e que utilizasse a autoridade aí investida como forma de seguridade à nação, Getúlio Vargas parecia estar exatamente neste ínterim. Para Thomas Carlyle, o “homem-capaz” é filho da Ordem e não da Desordem; “sua missão é ordeira”, nos diz Carlyle, e “surge para conseguir transformar em ordem e regularidade o que está desordenado e caótico” (CARLYLE, *op. cit.*: 291-292). Na análise de Ernst Cassirer, o herói de Carlyle, é um homem santo, canonizado pelos séculos, podendo ser poeta, sacerdote, rei, etc., mas, que sem eles os povos de nenhuma nação poderiam viver (CASSIRER, *op. cit.*: 239).

### **Considerações Finais**

O período político do Estado Novo (1937-1945) trouxe ao Brasil uma experiência de “democracia autoritária”, onde elementos políticos, centralizados no poder do chefe de Estado, corroboraram para o controle dos meios de propaganda e produção ideológica, afirmando se tratar do Brasil um país livre dos “párias” e “perigosos” judeus, comunistas e suas “ideologias dissolventes”. Era na figura do chefe de Estado que morava a salvação do país, nesse contexto.

O momento político brasileiro do final dos anos 1930, focado na ação governamental no social e na sua integração aos rumos do país, diferia dos regimes totalitários europeus no ponto em que estes últimos pensavam apenas nos pontos referentes a questões materiais do homem; o Estado formado no Brasil seria então mais voltado para as necessidades sociais e espirituais da nação.

Em todo esse sistema dominante de poder, em que se direcionava o homem brasileiro, a ser “patriótico, honesto, bondoso, saudável, limpo, trabalhador, nacionalista e, essencialmente, católico (ALMEIDA, *op. cit.*: 186), havia a figura de um salvador político que conduziria toda a sociedade brasileira para a modernidade nacional e que, não menos importante, significaria a própria representação encarnada do herói nacional.

A imprensa pernambucana que estava ligada ao poder estadual era mais um dos veículos de comunicação no Brasil que mais se utilizavam dessas expressões e visões de mundo que exaltavam o chefe nacional e o “novo” governo. A edificação do significado do “Estado Novo” para a história do Brasil e, dessa forma “o esforço de recuperação de nossa memória, essencial à demarcação de um novo começo em nossa história, complementa-se

com o esforço de construção de uma figura exemplar que responde pelo sucesso da prodigiosa empreitada” (GOMES, 1982: 146).

Vargas era a própria materialização deste projeto, muitas vezes sendo visto como um “mito” que se sobrepõe e se confunde “ao próprio projeto, transfigurando-se em expressão do Estado e nação” (Idem). Havia um homem caracterizado como salvador no Brasil dos anos 1930; benevolente, sábio, corajoso, líder nato, condutor das massas amorfas; Vargas era esse “messias” brasileiro, criado pelas instâncias do poder durante os anos 30 do século XX do Brasil.

A luta do “messias” brasileiro era contra o que também os regimes totalitários escolheram como seus inimigos, todas as “ideologias exóticas” que afastavam ao modelo de nação proposto pelos seus ideais de salvação. Apoiado sob um discurso diário de “libertador” da nação, Vargas utilizava-se da imprensa para alimentar os anseios messiânicos da sociedade e inclusive da Igreja, que se aliava ao seu projeto político em busca de poder. Um discurso de caráter religioso, que em certos contextos históricos, sempre “vaza para o social e passa a ser reinterpretado, materializado de maneira especial” (LENHARO, *op. cit.*: 159), agora na figura do chefe nacional.

Getúlio era um “Buda” para seu grupo político; ao interventor pernambucano, Agamenon Magalhães, talvez tivesse faltado usar essa expressão, quando se preocupava em descrever os feitos do presidente Vargas.

A filósofa Marilena Chauí, ao abordar a categoria que relaciona o discurso religioso com a concepção de Estado moderno, “homogêneo e dotado de força para unificar”, afirma que jamais houve laicização da política e sim uma mudança na posição de Deus no discurso político; “Deus baixou do céu a terra, abandonou conventos e púlpitos e foi alojar-se numa imagem nova, isto é, no Estado” (CHAUÍ. 1993: 06). Comparado a Cristo, pelo seu sacrifício em nome do seu povo, Vargas era o chefe onisciente e onipresente do Brasil e do povo brasileiro.

Um homem que virou uma forte lenda. Um nome que atravessou os tempos como figura maior de um discurso do país que precisava de seu salvador; seu nome não ficou somente ligado a questões políticas, Getúlio Vargas seria o grande herói das lendas antigas, que selecionava um grande indivíduo e dotava-o de habilidades especiais que rompiam os horizontes, diferenciando-o de seus semelhantes. Este Vargas encontrasse no modelo que Joseph Campbell coloca quando afirma que “toda a vida do herói é apresentada como uma grandiosa sucessão de prodígios” (CAMPBELL, *op. cit.*: 311), concepção segundo a qual vê

no herói uma predestinação divina. Nesse momento, Vargas se aproxima mais do mito que da sua própria humanidade.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Primárias

**Jornal do Recife** (novembro, dezembro 1937). Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano/APEJE (Pernambuco).

**Folha da Manhã**: Edições Matutina e Vespertina (1938-1940). Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano/APEJE (Pernambuco).

### Fontes Secundárias

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Humanitas/USP, 2001.

CAMPBELL, Joseph. *O Herói de Mil Faces*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 109-143.

CARLYLE, Thomas. *Os Heróis*. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa: Guimarães Editores, s/d.

CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Trad. Daniel Augusto Gonçalves. Lisboa: Europa-América, 1961.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é Herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOMES, Ângela Maria de Castro. “O Redescobrimto do Brasil”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et al.* *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KOTHE, Flávio R. *O Herói*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática: os limites da dominação totalitária*. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas/SP: Papyrus, 1986.

LEWIS, Susan. “Poder político e produção ideológica em Pernambuco durante o Estado Novo”. IN: SILVA, Kalina Vanderlei; NASCIMENTO, Romulo Xavier; MELO, Maria do Carmo Barbosa de. *Fragmentos de Histórias do Nordeste: visões socioculturais do mundo açucareiro ao sertão*. Recife: Edupe, 2012. pp. 193-207.

NASCIMENTO, Arthur Gustavo Lira do. *O Estado sob as lentes: a cinematografia em Pernambuco durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2015.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. *Sonhos de Nabucodonosor: um ensaio sobre Estado Novo e Propaganda em Pernambuco*. Recife: EduPE, 2013.